Senado Federal

20/05/2025 – terça-feira

09:00 CMA – Comissão de Meio Ambiente

Proposições em pauta

Ordem: **1**

SF PL 2159/2021 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Luciano Zica (PT/SP)**
Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.
Despachos: **CRA** -> CMA -> PLEN
Atual Relator(a): Tereza Cristina (PP/MS)

Relatório
Pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, com as 24 emendas que apresenta, pela aprovação integral da Emenda nº 10-Plen, pelo acolhimento total ou parcial, na forma de emendas do relator, das Emendas nºs 2-Plen, 3-Plen, 7-Plen, 12, 14, 20, 23, 57, 59, 61, 67, 79, 88, 89, 90, e 91 e pela rejeição das demais emendas.

09:01 CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura

Proposições em pauta

Ordem: **2**

SF PL 4524/2020 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Confucio Moura (MDB/RO)**
Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer mecanismos para ampliar o acesso à internet e promover a inclusão digital.
Despachos: **CI** -> CCT (T)
Atual Relator(a): Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatório
Pela prejudicialidade

Ordem: **4**

SF PL 3614/2024 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Jorge Kajuru (PSB/GO)**
Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para estabelecer medidas voltadas ao enfrentamento da emergência climática.
Despachos: **CI** -> CMA (T)
Atual Relator(a): Tereza Cristina (PP/MS)

Relatório
Pela aprovação com emendas

10:00 CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

Proposições em pauta

Ordem: **2**

SF PLP 167/2024 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Poder Executivo**
Institui o Programa Acredita Exportação; e altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 13.043, de 13 de novembro de 2014, 11.945, de 4 de junho de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a fim de ampliar benefícios para determinados serviços nos regimes aduaneiros especiais de drawback e do Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (Recof) e incentivar as exportações brasileiras, especialmente as dos pequenos negócios.
Despachos: **CAE** -> PLEN
Atual Relator(a): Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatório
Favorável ao projeto.

Ordem: **3**

SF PL 5634/2019 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Otto Alencar Filho (PSD/BA)**
Dispõe sobre o plantio de espécies nativas para a recuperação ou a restauração de áreas ecologicamente sensíveis na propriedade rural.
Despachos: **CAE** -> CMA -> PLEN
Atual Relator(a): Teresa Leitão (PT/PE)

Relatório
Favorável ao PL 5634/2019, nos termos do substitutivo apresentado, e pela prejudicialidade do PL 1867/2022

14:00 CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Proposições em pauta

Ordem: **1**

SF PL 320/2025 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Luis Carlos Heinze (PP/RS)**
Dispõe sobre a securitização das dívidas de produtores rurais cujos empreendimentos tenham sido impactados por eventos climáticos adversos a partir de 2021 e dá outras providências.
Despachos: **CRA** -> CAE (T)
Atual Relator(a): Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

Relatório
Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-T do Senador Zequinha Marinho.

Ordem: **2**

SF PL 2159/2021 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Luciano Zica (PT/SP)**
Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.
Despachos: **CRA** -> CMA -> PLEN
Atual Relator(a): Tereza Cristina (PP/MS)

Relatório
Pela aprovação do Projeto e das 24 (vinte e quatro) Emendas que apresenta; – Pela aprovação da Emenda nº 10-Plen; – Pelo acolhimento, na forma das emendas da Relatora, das Emendas nºs 2-Plen, 3-Plen, 7-Plen, 55 (na forma da Emenda nº 10-Plen), 82, 83, 84, 85 e 86; – Pela rejeição das demais Emendas.

14:00 **CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

13ª, Extraordinária

Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3	**Status**	Agendada

Objetivo

Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 108, de 2024, que “institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), 1.079, de 10 de abril de 1950, e 14.113, de 25 de dezembro de 2020, as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990, 87, de 13 de setembro de 1996, 123, de 14 de dezembro de 2006, e 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972”. A audiência obedece a Plano de Trabalho apresentado pelo relator da matéria, senador Eduardo Braga, e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 23 de abril de 2025. “Esta audiência pública abordará as infrações, as penalidades e os encargos moratórios do IBS, bem como as regras sobre o processo administrativo tributário desse imposto.” (do Plano de Trabalho).

Convidados

• **Nome**: Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior – **Cargo**: Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária – (Sert)
• **Nome**: Ana Claudia Borges de Oliveira – **Cargo**: Presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no Carf (Aconcarf)
• **Nome**: Susy Gomes Hoffmann – **Cargo**: Advogada e Doutora em Direito Tributário
• **Nome**: Zabetta Macarini – **Cargo**: Diretora-Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap)
• **Nome**: Vicente Martins Prata Braga – **Cargo**: Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape)
• **Nome**: Anne Karole Silva Fontenelle de Britto – **Cargo**: Presidente da Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais (ANPM)
• **Nome**: Francelino Valença – **Cargo**: Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)
• **Nome**: Ricardo Luiz Oliveira de Souza – **Cargo**: Auditor Fiscal da Receita Estadual de MG, representante do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz)
• **Nome**: Fabricio das Neves Dameda – **Cargo**: Auditor Fiscal do Município de Porto Alegre, representante da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP)
• **Nome**: Representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM)
• **Nome**: Antônio Ricardo Alvarez Alban – **Cargo**: Presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI)

21/05/2025 – quarta-feira

14:00 **CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**

Proposições em pauta

Ordem: **1**

SF PL 2159/2021 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Luciano Zica (PT/SP)**
Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.
Despachos: **CRA** -> CMA -> PLEN
Atual Relator(a): Tereza Cristina (PP/MS)

Relatório
(Pendente de deliberação pela CMA e pela CRA).

09:00 CAS – Comissão de Assuntos Sociais

Proposições em pauta

Ordem: **2**

SF PL 1397/2021 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Paulo Paim (PT/RS)**
Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a rescisão do contrato de trabalho.
Despachos: **CAS (T)**
Atual Relator(a): Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatório
Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

09:00 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Proposições em pauta

Ordem: **5**

SF PDL 717/2024 – (ORDINARIA)
Autor(a): **Esperidião Amin (PP/SC)**
Susta o art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências, o Decreto nº 12.289, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Toldo Imbu, localizada no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, e o Decreto nº 12.290, de 4 de dezembro de 2024, que homologa a demarcação administrativa da terra indígena Morro dos Cavalos, localizada no Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.
Despachos: **CCJ** -> PLEN
Atual Relator(a): Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatório
Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

14:15 CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

14ª, Extraordinária

Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7	**Status**	Agendada

Objetivo

Primeira Audiência Pública para avaliação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Raio X do PNRA – diagnóstico, análises e propostas de melhoria.

Convidados

• **Nome**: Moisés Savian – **Cargo**: Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.
• **Nome**: César Fernando Schiavon Aldrighi – **Cargo**: Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.
• **Nome**: Junior Fideles – **Cargo**: Adjunto do Advogado-Geral da União.
• **Nome**: Maria Gabriela Nascimento Aleixo Freire – **Cargo**: Diretora de Fiscalização do Desenvolvimento, Territórios, Regularização e Reforma Agrária do Tribunal de Contas da União – TCU.
• **Nome**: Hayla Mesquita – **Cargo**: Coordenadora-Geral de Habitação e Regularização Fundiária do Departamento de Destinação de Imóveis da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI.
• **Nome**: Controladoria-Geral da União – CGU